



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

CONTRATO Nº 009/2015.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA E A EMPRESA VEGAS CARD DO BRASIL CARTÕES DE CRÉDITO LTDA - EPP.

AUTORIZAÇÃO: PRESIDENTE DA CÂMARA – VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ – PRESIDENTE.

OBJETIVANDO, Prestação de serviços em vale-alimentação e vale-refeição para os servidores e estagiários ativos da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP.

Pelo presente instrumento contratual firmado entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**, com sede à Rua Alfredo Bueno, 1.189 – Centro – Jaguariúna – SP, CNPJ nº 51.313.955/0001-30, ora denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Presidente Vereador **ADILSON JOSÉ ABRUCEZ**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº RG 6.837.999-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 028.174.382-72, residente e domiciliado na Rua Quinze de Novembro, 535 – Jd. Berlim – Cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, e de outro lado a Empresa **VEGAS CARD DO BRASIL CARTÕES DE CRÉDITO LTDA – EPP** doravante designada **CONTRATADA**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes CNPJ sob o nº. 07.278.307/0001-06 sediada na Avenida Brasil nº 831 – bairro Chácara Girassol – Cidade Jaguariúna Estado São Paulo representada por seu Representante Legal, Sr. **GUSTAVO SARTORI** brasileiro, casado, sócio administrador, portador do CPF Nº 299.510.218-16 e da cédula de identidade RG Nº 30.460.890-7 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Francisco Manoel, nº 97, apartamento 83-A – Jardim Santana – Cidade de Americana, Estado de São Paulo. Ajustam o presente instrumento, nos termos das Leis nºs 10.520/2002, 8.666/1993, e Resolução 166/2013 deste Órgão Legislativo, e integra a este, independente de transcrição de Proposta apresentada pela Contratada, sendo resultante do **Pregão Presencial nº 01/2015** o edital e seus anexos, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste **CONTRATO**, que reger-se-á pelas Cláusulas seguintes:

I – OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração, fiscalização, emissão, fornecimento e manutenção de cartões de vale-alimentação e vale-refeição, através de cartões magnéticos com tecnologia on-line, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” e refeições prontas, através de rede de estabelecimentos credenciados conforme demanda, destinados aos servidores e estagiários ativos da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP.

1.2 - Os serviços serão realizados da seguinte forma:

1.2.1. Confeção dos cartões vale-refeição e vale-alimentação de forma personalizada, a critério da contratante, na quantidade correspondente ao número de funcionários, com quantidade de 32 (trinta e dois) cartões magnéticos com tecnologia on-line, sendo o crédito



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

mensal no valor de **R\$ 398,00 (trezentos e noventa e oito reais)** referente ao vale-refeição e o crédito mensal no valor de **R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais)** referente ao vale-alimentação, nos 12 (doze) meses contratuais, do valor total global **sem desconto** estimado em **R\$ 226.944,00 (duzentos e vinte e seis mil novecentos e quarenta e quatro reais)**, sem desconto da taxa administrativa.

1.2.2.Nos 12 (doze) meses de vigência do Contrato, estima-se o crédito em **32 (trinta e dois) funcionários**.

1.2.3.Os pedidos efetivos de cartões serão quantificados e estipulados de acordo com o Setor Financeiro, com pesquisa interna, à vista da demanda real em cada ocasião, com base no número de funcionários desta Casa de Leis.

1.2.4.A quantidade de cartões poderá ser alterada pela Câmara Municipal de Jaguariúna no caso de novas contratações ou demissões, cujas quantidades, no caso, serão definidas pela contratante de acordo com a rotatividade dos funcionários.

1.2.5.Os valores estabelecidos para os cartões Vale-Refeição e Vale-Alimentação tem previsão legal prevista na Resolução nº 162/2012, Ato da Mesa Nº 005/2015 e posteriores alterações. Os referidos valores poderão ser alterados nos termos previstos.

II - DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1- Para todos os efeitos legais e melhor caracterização da presente aquisição, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) **Pregão Presencial nº 01/2015 e ANEXOS**

b) **Proposta da CONTRATADA.**

2.2. Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a prestação do objeto adquirido.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

ÓRGÃO/FUNÇÃO:	01.02
NAT. DESPESA:	33.90.39.40
FICHA:	10 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FUN/PROG/CATG:	01.031.0001.2001.0000

IV - PREÇOS:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

4.1. Pela execução dos serviços objeto deste Contrato, fará jus a Contratada ao recebimento dos valores a serem pagos, que serão obtidos pela aplicação da taxa de administração oferecida pela Contratada sobre o valor global do repasse efetuado pela Câmara Municipal de Jaguariúna, o qual cobre todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, de qualquer natureza, que recaiam sobre o serviço contratado.

4.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor global estimado **com o desconto** da aplicação de taxa administrativa em **R\$ 213.985,50 (duzentos e treze mil, novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)**, a ser pago pela Contratante, que será obtido conforme se segue:

4.2.1. Aplicação da Taxa de Administração oferecida pela Contratada, de **-5.71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento, negativo)** sobre o valor global estimado de benefícios a serem repassados pelo Contratante no prazo de 12 (doze) meses.

4.3. O objeto do presente Edital será executado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irreajustável, podendo, contudo, ser revisto, desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

4.4. Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais, e os tributos que eventualmente possam incidir sobre eles, bem como as demais despesas diretas e indiretas, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

V – REAJUSTE DE PREÇO:

5.1 O percentual único de taxa de administração é fixo e irreajustável.

VI - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

6.1 A Contratada apresentará a Nota Fiscal correspondente, atestando o quantitativo de vales-refeição/alimentação efetivamente entregues no período, baseado no rol de beneficiários disponibilizado pelo Contratante com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, ao Departamento de Finanças e Contabilidade desta Casa de Leis, que terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aprová-la ou rejeitá-la.

6.2. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.1, a partir da data de sua reapresentação.

6.3. A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda o serviço.

6.4. O Contratante efetuará o pagamento das Notas Fiscais no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data do seu recebimento, acompanhado do relatório da Contratada.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

6.4.1. Entende-se como relatório, os “Cupons de Teste” ou “Comprovantes de Venda” dos estabelecimentos conveniados, respeitando mensalmente a quantidade estabelecida no edital.

6.5. À **CONTRATADA**, fica vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto da fatura emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente à **CONTRATANTE**.

VII - VIGÊNCIA:

7.1. Este contrato terá vigência de 12 (meses), contados a partir de sua assinatura, podendo, no entanto, ser prorrogado por igual período, nos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, **desde que não haja denúncia pelas partes, com 30 (trinta) dias de antecedência**.

7.2. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, a critério da Administração, **até o limite de 60 (sessenta) meses**, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

VIII – CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

8.1 – A **CONTRATANTE** designará um funcionário, o qual deverá analisar as características exigidas, consoante o **Projeto Básico – Anexo I**, juntamente com um funcionário da empresa **CONTRATADA**.

IX – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. Para o recebimento do objeto desta contratação, serão observadas as condições previstas no Projeto Básico – Anexo I.

9.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

X – GARANTIA:

10.1. Garantia em 100% (cem por cento) de qualidade do objeto do contrato, respeitando todo o contido no Anexo I – Projeto Básico, por período integral deste contrato.

XI - DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA:

11.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.

XII – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

12.1. **CONTRATANTE:**



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

- a) fornecer à Contratada a Ordem de Início dos Serviços (requisição de compra), que será expedida pelo departamento finanças e contabilidade;
- b) prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do serviço;
- c) efetuar os pagamentos devidos;
- d) cumprir as demais condições contidas no Anexo I – Projeto Básico.

12.2. CONTRATADA:

- a) indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o serviço;
- b) não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Jaguariúna;
- c) é responsável direta e exclusivamente pela perfeita prestação de serviço objeto deste Contrato e, conseqüentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos ocorrentes em sua execução, que venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros;
- d) é responsável também pela qualidade na execução do objeto licitado, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos no Pregão e seus anexos;
- e) se obriga a cumprir durante a execução contratual, todas as leis e posturas pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes das infrações a que der causa.
- f) se responsabilizará pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- g) deverá manter durante a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação.

XIII - PENALIDADES:

13.1 - Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Contratado poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02):

13.1.1 – advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente.

13.1.2 – multa, nas seguintes situações:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

13.1.2.1 – de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do Contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Serviço, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Câmara, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

13.1.2.2 – de 0,4% (quatro décimos por cento), incidentes sobre o valor da ordem correspondente, por dia de atraso em iniciar as obras, serviço, ou realizar o fornecimento, ou for observado atraso no desenvolvimento das obras ou serviço em relação ao cronograma físico, até o 15º (décimo quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Câmara, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

13.1.2.3 – Em caso de rescisão do Contrato por esta Câmara, decorrente do que prevê este subitem, ou de qualquer descumprimento de outra cláusula contratual, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.

13.1.3 – suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Jaguariúna, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

13.1.4 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

13.1.4.1 – Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido prazo de 02 (dois) anos, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir esta Câmara pelo prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

13.2 – As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da Contratada.

13.3 – As penalidades previstas nos subitens 13.1.1, 13.1.3 e 13.1.4 deste item, poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas nesta Cláusula.

13.4 – As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

13.4.1 – O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente justificada e comprovada. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis de se evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

XIV - RESCISÃO:

14.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enumeradas, ensejará, também, em sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos elencados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

14.2. A rescisão do Contrato poderá ser efetivada sob qualquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

14.3. Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa prevista no item 13.1.2.3.

XV - DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelos danos que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na prestação de serviço em cumprimento do objeto deste contrato, isentando a **CONTRATANTE** de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

15.2. A **CONTRATADA** será a única responsável para com seus empregados e auxiliares no que concerne ao cumprimento da legislação prevista em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na Legislação Federal (Portaria nº 3.214, de 8-7-78, do Ministério do Trabalho), sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multa por parte da **CONTRATANTE** e/ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.

15.3. O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençado não terá relação de emprego com o **CONTRATANTE** e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o **CONTRATANTE** a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

15.4. **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.5. Aplicam-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, Resolução 166/2013 deste Órgão Legislativo, e ainda na Lei Complementar nº 123/06, e respectivas alterações.

15.6. Sendo necessário à Administração, poderá invocar o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, no qual reza que “**O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**”.

XVI - TOLERÂNCIA:

16.1. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

XVII – VALOR DO CONTRATO:

17.1 Dá-se ao presente Contrato, o valor Global com desconto de taxa administrativa, estimado de R\$ 213.985,50 (Duzentos e treze mil, novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), para todos os efeitos legais, a ser pago pela Contratante, que será obtido conforme segue:

17.2. Aplicação da Taxa de Administração oferecida pela Contratada, de -5.71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento, de desconto) sobre o valor global estimado de benefícios a serem repassados pelo Contratante no prazo de 12 (doze) meses.

XVIII – DO TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

18.1 Na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA serão assinados Termo de Ciência e Notificação, conforme Anexo VII, relativo, se for o caso, à tramitação deste Processo perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

XIX – DA LICITAÇÃO

19.1. Para a execução do objeto do presente Contrato, foi realizada licitação na modalidade Pregão Presencial nº 01/2015, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo nº 325/2015.

XX – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1. O Contratante, por meio do Departamento de Finanças e Contabilidade efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, nos termos estabelecidos no Anexo I – Projeto Básico.

20.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado Departamento de Finanças e Contabilidade o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

20.3. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a Contratada da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.

XXI – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

21.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Contrato: 09/2015

Pregão: 01/2015

XXII - FORO:

22.1. Elegem as partes contratantes a Comarca de Jaguariúna para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Jaguariúna, _____ de _____ de 2015.

Adilson José Abracez
Vereador / Presidente

Gustavo Sartori
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: Roselene Amalia Rovaris Leme
RG: 18.672.041

Nome: Fabiano Amaral de Barros
RG: 38.768.028-7